

**EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 16/2015**

Nº Processo: 08350024751201548. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 06981180000116. Contratado : CEMIG DISTRIBUICAO S.A -Objeto: Energia elétrica para a sede da PF em Belo Horizonte Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 Data de Rescisão: 01/06/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200350-00001-2017NE800007

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 17/2015

Nº Processo: 08350024751201548. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 06981180000116. Contratado : CEMIG DISTRIBUICAO S.A -Objeto: Energia elétrica para Delegacia da PF em Governador Valadares Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 Data de Rescisão: 01/06/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200350-00001-2017NE800007

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 18/2015

Nº Processo: 08350024751201548. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 06981180000116. Contratado : CEMIG DISTRIBUICAO S.A -Objeto: Energia elétrica para Delegacia da PF em Juiz de Fora Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 Data de Rescisão: 01/06/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200350-00001-2017NE800007

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 19/2015

Nº Processo: 08350024751201548. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 06981180000116. Contratado : CEMIG DISTRIBUICAO S.A -Objeto: Energia elétrica para Delegacia da PF em Uberlândia Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 Data de Rescisão: 01/06/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200350-00001-2017NE800007

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 20/2015

Nº Processo: 08350024751201548. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA -CNPJ Contratado: 06981180000116. Contratado : CEMIG DISTRIBUICAO S.A -Objeto: Energia elétrica para Delegacia da PF em Uberaba Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 Data de Rescisão: 01/06/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200350-00001-2017NE800007

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ**EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2017 UASG 200386**

Nº Processo: 08360002511201733. PREGÃO SISPP Nº 2/2017. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -Objeto: Contratação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), serviço de internet móvel e serviço de telefonia de longa distância, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Fundamento Legal: lei 8.666/93 e 10520/02. Vigência: 03/07/2017 a 02/07/2018. Valor Total: R\$45.364,80. Fonte: 188000000 - 2017NE800372. Data de Assinatura: 03/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200386-00001-2017NE000010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 UASG 200386

Número do Contrato: 5/2016. Nº Processo: 08360003076201685. INEXIGIBILIDADE Nº 2/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 34028316001851. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses, de 20/06/2017 a 20/06/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 20/06/2017 a 20/06/2018. Valor Total: R\$63.408,72. Fonte: 188000000 - 2017NE800032. Data de Assinatura: 20/06/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200386-00001-2017NE000010

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 UASG 200386

Número do Contrato: 6/2016. Nº Processo: 08360004991201698. DISPENSA Nº 4/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 34028316001851. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato original por 12 meses, de 20/06/2017 a 20/06/2018. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 20/06/2017 a 20/06/2018. Valor Total: R\$71.487,82. Fonte: 188000000 - 2017NE800038. Data de Assinatura: 20/06/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200386-00001-2017NE000010

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ
DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL
EM FOZ DO IGUAÇU****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 UASG 200366**

Número do Contrato: 2/2015. Nº Processo: 08388001542201761. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2013. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 10808861000154. Contratado : CONSTRUTORA ENGENIM LTDA -Objeto: Alterar o prazo de execução do contrato em 90 dias a partir de 25/04/2017 até 24/07/2017 e da vigência do contrato a partir de 14/07/2017 até 13/01/2018, além de alteração do preço com uma supressão (com BDI) de R\$ 453.147,94 correspondente a 4,77% e um acréscimo (com BDI) de R\$ 678.827,27 correspondente a 7,14%. Fundamento Legal: Lei n 8666/93. Vigência: 14/07/2017 a 13/01/2018. Valor Total: R\$225.677,33. Fonte: 174020227 - 2017NE800122. Data de Assinatura: 11/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200366-00001-2017NE000005

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2017 UASG 200390**

Nº Processo: 0841000355201740. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em gestão de frota com gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos e embarcações, fornecimento de peças, componentes, acessórios, extintores, outros materiais, transporte por guinchamento, serviços de funilaria, pintura, lavagem, troca de óleo e outros serviços mecânicos, operada por meio de sistema na plataforma WEB, compreendendo o orçamento dos materiais e serviços especializados. Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 19/07/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Av. João XXIII, 4500 - Recanto Das Palmeiras. Recanto Das Palmeiras - TERESINA - PI ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200390-05-4-2017. Entrega das Propostas: a partir de 19/07/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/07/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital encontra-se disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Outras informações através do e-mail cpl.srpi@dpf.gov.br

LANDERSON DE ARAUJO BASTOS RAMOS
Pregoeiro

(SIDE - 18/07/2017) 200390-00001-2017NE800028

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE
DO NORTE****EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 1/2017-SR/PF/RN**

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte e a Prefeitura Municipal do Natal no Estado do Rio Grande do Norte, representado pela Guarda Municipal do Natal.
OBJETO: Tem por objeto a parceria entre a Polícia Federal, com a intervenção da SR/PF/RN, e a PREFEITURA DE NATAL para conceder autorização para o funcionamento dos cursos de formação de guardas municipais e porte de arma de fogo em conformidade com os dispositivos legais contidos no art. 6º, III, IV e §§ 1º, 3º, 6º e 7º da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento) e no art. 40 do Decreto nº 5.123, de 2004.
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2017.

**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2017**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 07/07/2017 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados em Telefonia Fixa Comutada STFC, para o âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte SR/PF/RN, inclusive sua unidade descentralizada, a Delegacia de Polícia Federal em Mossoró/RN DPF/MOS/RN. Total de Itens Licitados: 00042 Novo Edital: 19/07/2017 das 09h00 às 11h00 e de 15h00 às 17h00. Endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 155, Lagoa Nova - NATAL - RN. Entrega das Propostas: a partir de 19/07/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/07/2017, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EMMANOEL FERNANDES DE BARROS
Pregoeiro

(SIDE - 18/07/2017) 200394-00001-2017NE800027

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO RIO GRANDE DO SUL****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 UASG 200372**

Número do Contrato: 4/2015. Nº Processo: 08430302534201695. DISPENSA Nº 25/2014. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA. CNPJ Contratado: 34028316000103. Contratado : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Incluir os serviços de ENCOMENDAS NACIONAIS, por meio do ANEXO correspondente, e excluir os serviços de SE-DEX e PAC. Fundamento Legal: Lei 8666. Vigência: 05/07/2017 a 31/12/2017. Data de Assinatura: 05/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200372-00001-2017NE800014

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA
FEDERAL****EDITAL Nº 1, DE 14 DE JULHO DE 2017
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
NO CARGO DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a continuidade das atividades relacionadas ao concurso público para provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, regido pelo Edital nº 1/2009-DPRF, de 12 de agosto de 2009, com vistas à realização de etapas pendentes para candidatos que possuam decisão judicial favorável para continuidade no certame.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Edital nº 1/2009-DPRF, de 12 de agosto de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2009, e demais editais retificadores anteriormente publicados, permanecem em plena validade e regulamentam as atividades a serem executadas.

1.2 A execução das etapas pendentes, para os candidatos com decisão judicial favorável para a realização de tais atividades, passa a ser de responsabilidade do Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES, em conformidade com o Contrato nº 19/2017, celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

1.3 As etapas pendentes, sob a responsabilidade do IADES, são as seguintes: Exame de Capacidade Física, de caráter eliminatório; Avaliação Psicológica, de caráter eliminatório; e Avaliação de Saúde, de caráter eliminatório; todas pela 1ª (primeira) fase do Concurso Público.

1.4 Os candidatos em situação sub judice e que possuam decisão judicial favorável para continuidade no certame serão convocados para a realização da etapa pendente, de acordo com a ordem judicial expressa em cada processo judicial.

1.5 As etapas pendentes serão realizadas na cidade escolhida pelo candidato, quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição no concurso público, conforme o Edital nº 1/2009-DPRF, de 12 de agosto de 2009.

1.6 O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar a fase pendente com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário estabelecido para o início da mesma, munido de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta (lápiz e borracina também no caso da avaliação psicológica) e de documento oficial e original de identidade, contendo foto e assinatura.

2 DA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

2.1 Os candidatos contemplados no subitem 1.4 acima deverão proceder a atualização de seus dados cadastrais no período de 17 a 19 de julho de 2017, na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <<http://www.iaades.com.br>>, mediante acesso no Ambiente do Candidato.

3 DAS ETAPAS PENDENTES

3.1 A data definitiva de realização de cada etapa será definida individualmente para cada candidato e comunicada pelo IADES, através de edital específico, que também informará acerca do local e horário de comparecimento, bem como os demais procedimentos para a sua realização.

3.2 As informações mencionadas no subitem 3.1 estarão disponíveis na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <<http://www.iaades.com.br>>.

3.3 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público, publicados no Diário Oficial da União e(ou) no endereço eletrônico <<http://www.iaades.com.br>>.

3.4 DO EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA

3.4.1 O Exame de Capacidade Física visa avaliar a capacidade do candidato de suportar, física e organicamente, as exigências próprias do Curso de Formação Profissional, 2ª (segunda) fase do concurso público, bem como desempenhar com eficiência as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal.

3.4.2 A realização de qualquer exercício preparatório para o exame de capacidade física será de responsabilidade do candidato.

3.4.3 Os critérios e a regulamentação da aplicação do Exame de Capacidade Física no concurso público encontram-se descritos na Instrução Normativa nº 5, de 31 de janeiro de 2012.

3.4.4 Para submeter-se ao Exame de Capacidade Física, o candidato deverá apresentar Atestado Médico, emitido, no máximo, 30 (trinta) dias antes da realização dos testes, habilitando-o especificamente à realização das avaliações previstas na Instrução Normativa nº 5 de 31 de Janeiro de 2012.

3.5 DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

3.5.1 A Avaliação Psicológica visa a aplicação de um conjunto de testes psicológicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal.

3.5.2 Os critérios e a regulamentação da aplicação da avaliação psicológica no concurso público encontram-se descritos na Instrução Normativa nº 3, de 31 de janeiro de 2012.

3.6 DA AVALIAÇÃO DE SAÚDE

3.6.1 A Avaliação de Saúde visa verificar as condições de saúde e a existência de eventuais doenças, condições, sinais ou sintomas incapacitantes dos candidatos ao cargo de Policial Rodoviário Federal, composta de Exame Clínico e Exames Laboratoriais, Avaliações e Exames Complementares.

3.6.2 Os critérios e a regulamentação da aplicação da avaliação de saúde no Concurso Público encontram-se descritos na Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2012.



4 DOS RECURSOS

4.1 Admitir-se-á pedido de recurso contra o resultado preliminar do Exame de Capacidade Física, da Avaliação Psicológica e/ou da Avaliação de Saúde.

4.2 Os recursos deverão ser enviados via internet, na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <http://www.iaedes.com.br>, mediante acesso no Ambiente do Candidato, conforme datas informadas quando da divulgação do resultado preliminar de cada etapa.

4.3 O IADES emitirá, por meio digital, comprovante de recebimento do recurso, atestando a adequada interposição do mesmo.

4.4 Não será analisado o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada nos respectivos editais.

4.5 O IADES dará conhecimento ao candidato do resultado do julgamento do(s) recurso(s) interposto(s) que terá pleno conhecimento acerca das razões do deferimento ou indeferimento do seu pedido.

4.6 A decisão final da Banca Examinadora do IADES terá caráter definitivo, não existindo, desta forma, revisão dos resultados dos recursos.

5 DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E/OU FUNCIONAL

5.1 A Avaliação de Comportamento e de Idoneidade Moral dos candidatos far-se-á através de investigação social e/ou funcional, que constitui etapa de caráter eliminatório do concurso público para provimento do cargo de Policial Rodoviário Federal, realizada concomitantemente às demais fases.

5.1.1 A investigação social e/ou funcional foi iniciada por ocasião da inscrição do candidato no concurso público e terminará com a sua eventual posse, no cargo pleiteado, caso aprovado no certame e convocado para nomeação e posse.

5.2 Os candidatos que ainda não realizaram tal procedimento, deverão preencher a Ficha de Informações Confidenciais - FIC, disponível na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <http://www.iaedes.com.br>, e providenciar sua entrega, devidamente preenchida, quando da realização da sua primeira, ou única, etapa pendente.

5.3 A Instrução Normativa nº 6, de 31 de janeiro de 2012, regulamenta os critérios para a realização da Avaliação de Comportamento e de Idoneidade Moral dos candidatos inscritos nos concursos públicos de admissão ao cargo de Policial Rodoviário Federal.

5.4 A realização da investigação social e/ou funcional é de competência exclusiva da Polícia Rodoviária Federal.

6 DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

6.1 O resultado final e a homologação da situação final de cada candidato no presente concurso público serão publicados no Diário Oficial da União e na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <http://www.iaedes.com.br>.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O candidato poderá obter informações e orientações sobre o concurso público na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <http://www.iaedes.com.br> e/ou por intermédio da Central de Atendimento ao Candidato do IADES (CAC-IADES), localizada na QE 32 - Conjunto C - Lote 2 - Guarã II - Brasília/DF - CEP 70.312-970, telefone (61) 3574.7200, e-mail: cacprf@iaedes.com.br.

7.2 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela PRF e pelo IADES no que tange à realização das atividades objeto do presente edital.

MARCELO APARECIDO MORENO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 8/2017 UASG 200233**

Nº Processo: 08673.004177/2016 - Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de serviços de telecomunicações, por meio de uma rede de acesso à internet com IP fixo, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de circuitos de acesso IP dedicados com conexão à internet, ambos com gerenciamento e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 19/07/2017 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Tancredo Neves, Nº 201, Bairro São Lázaro MACAPÁ - AP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200233-05-8-2017. Entrega das Propostas: a partir de 19/07/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/07/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALEXANDRE CAMILLO NUNES
DENIUR DE ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDEAC - 18/07/2017) 200233-00001-2017NE000013

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2017 UASG 200114

Número do Contrato: 33/2012.
Nº Processo: 08655000950201293.
PREGÃO SISPP Nº 6/2012. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA. CNPJ Contratado: 03613941000199. Contratado: GENERAL SECURITY VIGILANCIA LTDA -Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração da cláusula 3.1 com supressão do item 01 e mudança de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017071900083

turno e de local de prestação de serviço do posto de trabalho relativo ao item 04. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 18/07/2017 a 27/11/2017. Valor Total: R\$512.928,36. Fonte: 174020197 - 2017NE800019. Data de Assinatura: 18/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200114-00001-2017NE000005

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 UASG 200124

Número do Contrato: 1/2014.
Nº Processo: 08665000291201438.
INEXIGIBILIDADE Nº 1/2014. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA. CNPJ Contratado: 34028316003471. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE COREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Inclusão no contrato 01/2014 do anexo nº 8, sobre o serviço de Encomendas. Fundamento Legal: Art 62, § 3º, II da Lei nº 8666/1993. Data de Assinatura: 12/06/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200124-00001-2017NE800001

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MATO GROSSO DO SUL**

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 39/2015

Nº Processo: 08669006253201530. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA .CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. .Objeto: Fica rescindido, a partir da publicaçãoem DOU, o Contrato nº 39/2015, firmado entre a SRPRF/MS e a empresa Claro S/A. Fundamento Legal: art. 78, inciso XVII e art 79inciso I da Lei 8666/93 Data de Rescisão: 19/07/2017 .

(SICON - 18/07/2017) 200128-00001-2017NE800091

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 UASG 200128

Número do Contrato: 31/2016.
Nº Processo: 08669005906201644.
PREGÃO SISPP Nº 4/2016. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA. CNPJ Contratado: 22752246000152. Contratado: FABIO TAFURI CRUZ ENGENHARIA PROJETOS E SOLUCOES EIRELI. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 31/2016 pelo período demais 12 (doze) meses, de 19/07/17 a 19/07/17, bem como o reajuste, pelo último relatório ela borado pela FGV IBRE do Índice Nacional da Construção Civil - INCC (maio de 2017), devendo o valor das ordens de serviço (serviço e insumos)ser calculado utilizando-se a Tabela SINAPI de julho de 2017. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666 Vigência: 19/07/2017 a 19/07/2018. Valor Total: R\$29.082,61. Fonte: 174020197 - 2017NE800072. Data de Assinatura: 14/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200128-00001-2017NE800091

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS**

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO
Nº 1/2017 - UASG 200115**

Especie: Termo nº 1/2017. Processo: 08656.060408/2017-94. Objeto: Serviço de publicacao de materias de carater oficial nas edicoes normais e extraordinarias do Diario Oficial da União. UG Descentralizadora: Uniao por intermedio da SRPRF-MG. UASG 200115. UG Descentralizada: Imprensa Nacional, UASG 110245.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Superintendente Regional da 4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL 4ªSRPRF/MG, através do presente, NOTIFICA o Sr. Danilo Augusto dos Santos, CPF 074.161.626-29, uma vez que esse se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo legal de 10 (dez) dias a contar da publicação da presente, apresentar alegações finais nos autos do processo administrativo nº: 08656.002794/2014-57, podendo juntar toda e qualquer prova documental que julgar necessária à sua defesa, sendo-lhe facultado ter vistas dos autos durante o expediente e na Sede da 4ªSRPRF/MG, bem como requerer cópias.

PAULO HENRIQUE DE URZEDA MOTA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 3/2017 UASG 200115**

Nº Processo: 08656044018201777 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de expediente. Total de Itens Licitados: 00031. Edital: 19/07/2017 de 08h00 às 11h30 e de 13h30 às 16h00. Endereço: Pca. Antonio Mourao Guimarães,s/n - Cidade Industrial Cidade Industrial - CONTAGEM - MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200115-05-3-2017. Entrega das Propostas: a partir de 19/07/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 08/08/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CLAUDINEIDE CLEMENTE
DE SOUZA BUZELLI
Pregoeiro

(SIDEAC - 18/07/2017) 200115-00001-2017NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 UASG 200111

Número do Contrato: 3/2014.
Nº Processo: 08652001016201481.
PREGÃO SRP Nº 33/2013. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado: CLARO S.A. -Objeto: Supressão de 23,97% sobre o valor anual atual, constante no Termo de Aposentamento nº 01/2017, referente ao Contrato Administrativo nº 03/2014. Fundamento Legal: Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 13/07/2017 a 14/01/2018. Valor Total: R\$316.029,60. Fonte: 174020197 - 2017NE800107. Data de Assinatura: 13/07/2017.

(SICON - 18/07/2017) 200111-00001-2017NE800000

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

AVISO DE PENALIDADE

O Superintendente Regional de Polícia Rodoviária Federal no Piauí resolve aplicar a Absoluta LTDA-EPP, CNPJ 10.820.620/0001-20, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União; com descredenciamento do SICAF pelo prazo de um ano, e multa no valor de R\$ 129.462,26 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos) por prática de infração administrativa no curso do Pregão Eletrônico n 13/2016, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/02, após tramite de regular processo administrativo. Os autos encontram-se com vistas franqueadas aos interessados na Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Piauí, sito a Av. Joao XXIII, n 1516, Noivos, Teresina-PI.

WELENDAL LEAL TENORIO

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM SANTA CATARINA**

AVISOS DE REGISTRO DE PREÇOS

A SRPRF/SC torna público os preços registrados resultantes do Pregão Eletrônico nº 5/2017, conforme Ata de Registro de Preços nº 2/2017, referente a prestação de serviço de manutenção predial, conforme sequencia abaixo onde consta o item, quantidade de URM, valor da URM de referência, percentual de desconto, valor da URM com desconto, valor total registrado e fornecedor: Item 1: 70.000 un., R\$ 7,42, 15,02%, R\$ 6,31, R\$ 441.700,00; Item 2: 20.000 un., R\$ 7,42, 13,52%, R\$6,42, R\$ 128.400,00; Item 4: 20.000 un., R\$ 7,42, 15,18%, R\$ 6,29, R\$ 125.800,00; Item 5: 25.000 un., R\$ 7,42, 15,02%, R\$ 6,31, R\$ 157.750,00. Empresa: AR Empreiteira de Mão de Obra Lda ME., CNPJ: 12.573.088/0001-10. Vigência: 14/07/2017 a 13/07/2018. Processo nº 08.666.068171/2016-90 a disposição.

A SRPRF/SC torna público os preços registrados resultantes do Pregão Eletrônico nº 5/2017, conforme Ata de Registro de Preços nº 4/2017, referente a prestação de serviço de manutenção predial, conforme sequencia abaixo onde consta o item, quantidade de URM, valor da URM de referência, percentual de desconto, valor da URM com desconto, valor total registrado e fornecedor: Item 7: 20.000 un., R\$ 7,42, 10,50%, R\$ 6,64, R\$ 132.818,00; Item 8: 30.000 un., R\$ 7,42, 13,00%, R\$ 6,45, R\$ 193.662,00. Empresa: CMF Empreendimentos Eireli - ME., CNPJ: 24.398.502/0001-80. Vigência: 14/07/2017 a 13/07/2018. Processo nº 08.666.068171/2016-90 a disposição.

A SRPRF/SC torna público os preços registrados resultantes do Pregão Eletrônico nº 5/2017, conforme Ata de Registro de Preços nº 5/2017, referente a prestação de serviço de manutenção predial, conforme sequencia abaixo onde consta o item, quantidade de URM, valor da URM de referência, percentual de desconto, valor da URM com desconto, valor total registrado e fornecedor: Item 3: 20.000 un., R\$ 7,42, 13,50%, R\$ 6,42, R\$ 128.400,00; Item 6: 35.000 un., R\$ 7,42, 10,50 %, R\$ 6,64, R\$ 232.400,00. Empresa: Construtora Ecasa Engenharia Ltda - EPP., CNPJ: 00.707.897/0001-98. Vigência: 17/07/2017 a 16/07/2018. Processo nº 08.666.068171/2016-90 a disposição.

CARLOS MAGNO DA CRUZ JUNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 2/2017 UASG 200130**

Nº Processo: 08672000205201741 . Objeto: Aferição de 21 (vinte e um) aparelhos de etilômetros pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe - SRPRF/SE. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Preços tabelados, haja vista que os serviços somente podem ser executados por órgão credenciado pelo Inmetro. Declaração de Inexigibilidade em 17/07/2017. CRISTIANO ALVES DO AMOR DIVINO, Gestor Financeiro. Ratificação em 17/07/2017. CARLOS ALBERTO XAVIER DE ANDRADE, Ordenador de Despesas. Valor Global: R\$ 14.502,81. CNPJ CONTRATADA : 61.924.981/0001-58 INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SAO PAULO.

(SIDEAC - 18/07/2017) 200130-00001-2017NE800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.